

PORTUGAL E A REFORMA DA PAC, EPÍLOGO

No dia 26 de Junho de 2003, o Conselho de ministros da agricultura da União Europeia aprovou a reforma intercalar da Política Agrícola Comum (PAC). Portugal votou contra o acordo, num acto de solidariedade para com os Açores. Tal acto foi justificado pelo Governo português por não ter conseguido garantir totalmente a quota leiteira adicional de autoconsumo a este território português ultra periférico.

A reforma aprovada têm três características principais:

- a) Dissociação das ajudas por hectare e cabeça de gado do 1º pilar da PAC da produção e estabelecimento de um único pagamento às explorações a partir de 2005; os Estados Membros terão todavia a possibilidade de, por livre iniciativa, manter parte das actuais ajudas do 1º pilar da PAC associadas à produção (cerca de 25% no caso das culturas aráveis, até 100% no caso do prémio às vacas aleitantes, um máximo de 50% no prémio aos ovinos e caprinos, etc.).
- b) Estabelecimento de um limiar de 5000 euros para efeitos de modulação das ajudas do 1º pilar da PAC; os agricultores que recebam menos de 5000 euros de ajudas do 1º pilar da PAC não terão redução destas ajudas; os outros agricultores terão uma redução de 3% em 2005, 4% em 2006, 5% em 2007, e 5% de 2008 a 2013.
- c) Cerca de um terço das verbas libertadas do 1º pilar da PAC por via da modulação serão transferidas para o 2º pilar da PAC, no sentido de reforço das políticas de desenvolvimento rural; todavia, das verbas transferidas para o 2º pilar cerca de 80% ficam no Estado Membro respectivo (envelopes nacionais), apenas 20% poderão vir a ser redistribuídas entre Estados Membros (envelope europeu).

O Governo português colocou desde o início o país contra esta reforma. Portugal foi contra a dissociação das ajudas do 1º pilar da PAC da produção, foi contra o limiar de 5000 euros para a modulação e pretendeu obter aumentos generalizados de quotas no 1º pilar. Este posicionamento enfraqueceu a posição negocial portuguesa.

Ao dar prioridade às ajudas do 1º pilar da PAC, o Governo português retirou prioridade às ajudas do 2º pilar. Do 1º pilar conseguiu apenas um aumento no direito a prémios para mais bovinos e colocou em risco a quota leiteira de autoconsumo para os Açores, uma região portuguesa ultra periférica cuja economia é altamente dependente do leite. Conseguiu também manter a possibilidade de não dissociar completamente as ajudas da produção, o que é positivo apenas na medida em que abre o leque de escolhas do país. Não permitiu garantir que as verbas transferidas para o segundo pilar o fossem totalmente ou na sua maioria num envelope europeu. Isto é, 80% das verbas a transferir para o 2º pilar vão ficar nos Estados Membros de origem.

Se tivéssemos estado ao lado da reforma teria sido outra a nossa força negocial. Teríamos tido mais força para exigir um envelope europeu na distribuição das verbas transferidas para o segundo pilar e mais força para exigir compensações no 1º pilar pelo facto da reforma não ir tão longe quanto deveria. Repare-se que a transferência de verbas do 1º para o 2º pilar, a redistribuição entre países, os 168 milhões de euros, faziam parte das propostas da Comissão.

Foi Alqueva, nas sua vertente girassídio, quem ditou em larga medida a posição portuguesa face a esta reforma. Resta-nos esperar que os pequenos regantes (seareiros, rendeiros do Estado, do perímetros de Odivelas e do Roxo), aqueles a quem Sá Carneiro prometeu um dia um destino diferente, não sejam esquecidos pelo Governo português no referido projecto.

Leonardo Costa
Professor da Faculdade de Economia e Gestão
Universidade Católica Portuguesa